

VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

Francisca das Chagas C. Cassimiro da Silva

Marina Márcia Pinheiro da Silva

Valdeana Oliveira dos Reis

Universidade Federal do Piauí

A violência se constitui em um dos problemas mais graves enfrentados pelas sociedades contemporâneas, afetando sobremaneira os Direitos Humanos nos vários espaços de socialização das pessoas: na família, na escola, no local de trabalho, no lazer, no esporte, nos partidos políticos, na rua etc. Em qualquer um desses espaços, os atos de violência, dependendo do grau de tragicidade, têm maior ou menor repercussão. Alguns chegam a ser denunciados aos órgãos competentes e divulgados pela imprensa, outros não. Na década de 90 do século passado, a questão da violência apresentou tendência a generalizar-se, tanto pelo crescimento do número de casos quanto pela diversidade das formas como vêm ocorrendo.

Em muitas cidades brasileiras e de outros países, as escolas têm sido palco de situações de violências. No Brasil, o sentido de escolarização, especialmente aquele ligado às representações de populações não privilegiadas, esteve ligada à mobilidade social. Ao se esgotar este modelo, dá-se o enfraquecimento da capacidade socializadora da escola como instituição formadora de novas gerações. Diariamente, tomamos conhecimento por meio de noticiários de televisão e de jornais da ocorrência de atos de violência dentro e no entorno das escolas, atualmente tão freqüentes tendendo à banalização.

Frente a essa realidade um grupo formado por professoras e de professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), juntamente com estudantes do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da UFPI, começou a se interessar para discutir essa problemática de violências nas escolas.

1. A proposta da pesquisa: universo, objetivos e metodologia

Praticados em contexto de exclusão social acentuada, os atos de violência partem de comportamentos de incivildades (pequenos furtos, indelicadezas, má criação de crianças, vandalismos, agressões verbais, humilhações, algumas brigas etc.), passam por agressões verbais e chegam até, em alguns casos, à morte. Desafiado por essa dinâmica o mesmo grupo de pesquisadoras (es) e estudantes do Mestrado em Educação e do Curso de Pedagogia da UFPI decidiu realizar uma investigação tendo como objeto de estudo “Violências, Práticas Pedagógicas e Movimentos Contra-Violência em escolas do ensino fundamental e médio e/ou bairros de Teresina (1990-2001), na linha de pesquisa do Mestrado em Educação “Educação, Movimentos Sociais e Cidadania”.

Constituem-se universo dessa pesquisa 23 escolas localizadas em diversos bairros de Teresina, escolhidas pelo critério de maior índice de violências ocorridas no período de 2000 e 2002, conforme levantamento do Pelotão Escolar da Secretaria Estadual de Educação, estando assim distribuídas: 04 escolas na zona norte, 08 na zona sul, 02 na zona leste, 06 na zona sudeste e 03 na zona centro.

Com essa pesquisa o grupo prevê alcançar os seguintes objetivos: geral – mapear situações de violência e práticas pedagógicas ocorridas nas escolas selecionadas assim como movimentos contra-violência desenvolvidos nessas mesmas escolas ou bairros nos quais essas instituições estão inseridas; específicos: caracterizar e analisar as atitudes de incivildades e os atos de violência constatados nas escolas investigadas, conforme critérios previamente estabelecidos; caracterizar e analisar as práticas pedagógicas em nível de sala de aula e de escola, tanto no âmbito individual e coletivo, além de movimentos contra-violência organizados nos bairros onde estão inseridas essas agências de formação, no sentido de descobrir elementos potenciais e germinadores de uma cultura pela PAZ NAS ESCOLAS.

Considerando a necessidade de documentar de forma quantitativa e qualitativa esse objeto de estudo, visando obter um conhecimento aprofundado do processo dessas dinâmicas, é importante registrar nesse mapeamento uma diversidade de elementos: os atores que estão envolvidos nas várias situações de violências (estudantes, docentes,

funcionárias(os), mães e pais, pessoas da comunidade), o gênero e a que gerações pertencem esses atores (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), a idade aproximada dos praticantes e das vítimas de atos violentos; mas também os significados sobre os atos de violência e das ações pela PAZ que professoras(es), alunas(os) e funcionárias(os) constroem na escola - um espaço de socialização e formação das gerações futuras; é importante registrar, ainda, quais são os promotores e apoiadores das ações pacifistas (igrejas, movimentos sociais, grupos específicos de mulheres, de jovens, de idosos, de movimentos leigos assistenciais etc.) e quais os potenciais de tratamento pedagógico presentes nas ações pela PAZ, a fim de alimentar futuras práticas de superação do problema da violência no espaço escolar, em outras palavras, desenvolver uma educação e uma cultura de vivência de paz no ambiente escolar.

Nessa perspectiva de estudo, definiu-se proceder um caminho metodológico que abranja passos psicológicos, ético-políticos e pedagógicos a fim de facilitar, o mais possível, a coleta de informações. Assim, tem-se desenvolvido os seguintes procedimentos: contatos com instituições que trabalham com a temática Direitos Humanos e Violência, visando obter apoios psicológicos e políticos na abertura de canais de comunicação com as pessoas das escolas, bem como levantar sugestões para conseguir as informações da melhor forma possível; realização de contatos com integrantes do Pelotão Escolar e reuniões com técnicas da Secretaria Estadual de Educação divulgando o projeto e solicitando a colaboração para facilitar as comunicações com as escolas a serem pesquisadas; realização de um seminário de estudo nos dias 07 e 08 de novembro p.p. tendo como público principal professoras, diretoras(es) de escolas, estudantes, funcionárias(os) de escolas, mães de alunas e alunos subsidiado por profissionais do Núcleo de Estudos e Pesquisas “Educação, Movimentos Sociais e Cidadania” - NEPEMC e do Núcleo de Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente – NUPEC, respectivamente do Centro de Ciências da Educação e do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO/Brasil; aplicação de questionário junto a esses atores, durante o seminário e nas escolas.

2. A fundamentação

Estudos realizados por vários autores (Fukui, 1992; Barreto, 1992; Zaluar, 1992; Adorno, 1992; Esteve, 1999; Lucas, 1999; Sposito, 1996 e 1997; Peralva e Sposito, 1997; Melucci, 1997 e 2001; Vaidergorn, 2000; Lanterman, 2000) apontam para vários determinantes dos problemas da violência: estruturais (analfabetismo, desemprego, modelo político clientelista etc.), conjunturais (políticas públicas ineficazes e insuficientes, salários indignos, modelo curricular rígido etc.) e culturais (ignorância, degradação moral, corrupção financeira e política, impunidade dentre outros). Vicente Barreto (1992) afirma que muitos atos de violência desenvolvidos na escola têm origem na própria política educacional que, baseada na lógica economicista do mercado não forma técnicos nem cidadãos, ao contrário, reforça a exclusão social existente fora do ambiente escolar expulsando dele os que não têm capacidade técnica porque não aprenderam a ler, a escrever e a contar.

Na escola do ensino fundamental e médio, embora os novos parâmetros curriculares prevejam o tratamento pedagógico de conteúdos ligados ao problema da violência, algumas análises demonstram que as práticas pedagógicas ainda não são eficazes nem suficientes, de forma a se caracterizarem como uma abordagem sistemática, para produzir impactos sociais amplos (Ribas, 2000).

Sabe-se, também, que certas práticas, aparentemente caracterizadas como atos de violência, poderiam ser categorizadas como atos de incivilidade (pequenos furtos, indelicadezas, má criação de crianças, vandalismo, agressões verbais, humilhações, algumas brigas etc.), definidas por Ilma Lanternan (2000: 36) como freqüentes erupções de desordem e manifestações de difícil identificação, mescladas no cotidiano escolar. Estes são considerados portas para a violência.

Não obstante isso, são conhecidas algumas iniciativas de práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas, bem como de caminhadas pela Paz em vários estados brasileiros, objetivando cultivar uma educação e uma cultura para a Paz nas escolas, sendo uma iniciativa o Programa Escolas de Paz, no Estado do Rio de Janeiro, destinado a inserir os jovens em atividades musicais, esportivas, teatro etc., trabalhando valores que cultivem a

solidariedade, a disciplina, a organização, o trabalho em equipe, o relaxamento do corpo dentre outros.

Nessa pesquisa trabalha-se com um conceito amplo de violência, definido por Sérgio Adorno (1994) que a concebe como transgressão aos direitos de cidadania, ou seja, aqueles que dizem respeito à integridade física do indivíduo, à igualdade perante à lei, à liberdade de pensamento e convicção, ao direito de não estar sujeito a outrem, aos direitos coletivos (associações, cooperativas etc.) sociais (saúde, educação, maternidade etc.), aos direitos das relações privadas e aos direitos das categorias tais como a mulher, a criança, o idosos.

No que tange ao conceito de incivilidade, este está concebido conforme Éric Debarbieux (1996:7) que o define como um conjunto de práticas indo da indelicadeza, má criação das crianças ao vandalismo. Segundo o mesmo autor, as incivildades *“podem ser de ordem do barulho, sujeira, impolidez”*, enfim, tudo que causa desordem.

3. Considerações finais

De acordo com a pesquisa, em execução, observamos que a violência não é um ato sem significado, mas uma reação àquilo que a escola significa, de modo que a maioria das ocorrências violentas são praticadas por alunas(os) ou ex-alunas(os), que sofreram ou sofrem de violência produzida pela escola, que a produz em seu cotidiano, inconscientemente, por seus educadores, através de regulamentos opressivos (currículos, sistema de avaliação, medidas e posturas) que estigmatizam, discriminam e afastam as(os) alunas(os). Inferiorizando as(os) alunas(os) pobres a escola lhes ensina a resignação ou a rebeldia frente ao fracasso escolar.

Não só a escola produz violência, mas existem vários fatores externos que contribuem para que ela ocorra, visto que, muitas vezes, a violência na escola é uma reação à falta de diálogo na família, à atitudes de rejeição nos vários espaços onde a criança e o jovem convivem, além de problemas familiares, falta de moradia, uso de drogas e álcool na família ou nos grupos de amizade, de festa entre outras. Então, esses determinantes “trazidos” para o ambiente escolar na experiência de crianças e jovens que, no

contato com outras pessoas (colegas, docentes, funcionários), também marcados por problemas similares, vêm provocando problemas individuais e coletivos, levando a situações violentas em sala de aula e em outros espaços da escola, inclusive no momento do recreio. Nessa perspectiva, Santos apud Dimenstein (2000) afirma que “a visão é de que a violência vem de fora, nunca ela é gerada de dentro do próprio estabelecimento escolar”.

Historicamente, a violência e a insegurança nas escolas tornaram-se mais visíveis no Brasil, no início da década de 80 do século XX e, em Teresina, nos anos 90 desse mesmo século. As ocorrências incidiam sobre a escola como violência externa ou social, por isso eram reivindicadas melhores condições de segurança diante de assaltos, furtos, invasões de escolas para roubos de equipamentos e merenda escolar. Porém, como podemos verificar na pesquisa que realizamos, há casos em que a violência surge dentro da própria escola, seja com atos de rebeldia pela rigidez de dinâmicas administrativas e pedagógicas seja como ataques ao espaço físico e aos equipamentos da escola.

Não obstante isso, e mesmo incipiente já se inicia uma prática de construção de uma cultura de educação e uma cultura para a PAZ nas escolas onde já pesquisamos. Há diretoras que vêm se preocupando em dedicar tempo para conversar com as alunas e os alunos sobre seus problemas, melhorar a imagem dos espaços físicos da escola. Outras iniciativas vêm se dando com a realização de debates e seminários na própria escola, envolvendo estudantes, docentes, mães e pais.

Pela pesquisa e pela divulgação diária da violência na mídia, vimos que esse fenômeno da violência passou a ser incorporado no dia-a-dia da escola. Não se atribui mais a responsabilidade somente ao estranho, àquele que está fora da escola, mas também à própria escola. Ao ser compreendida, não se abandona mais esta idéia e a atenção se volta para dentro da escola e ações violentas aí ocorrem e são vistas, até mesmo, no intervalo de uma aula de uma disciplina para outra. Muitas vezes, os autores da violência escolar a percebem somente como possibilidade de ascensão social em suas vidas, pois passam a “ser heróis”, motivo de notícia no rádio e na televisão, considerando que esta não pode ser oferecida pelo ensino público, cuja capacidade socializadora para uma formação humanista, técnica e ético-

política está muito reduzida na formação dos seus educandos. Esta está muito fragilizada, conforme estudos de François Dubet e Danilo Martuccelli (1996). A escola foi pensada como espaço de socialização de novas gerações para formação de humanos capazes de viverem ativamente como cidadãos e cidadãs na sociedade. Entretanto, esse papel está muito comprometido na contemporaneidade, dada a perspectiva das políticas públicas inspiradas no modelo neoliberal dos governos de diversos países capitalistas.

Em levantamento realizado na pesquisa em curso, podemos ver um retrato do mapa da violência em escolas públicas estaduais do ensino fundamental e médio de Teresina – PI. Das informações sobre as ocorrências de violências e/ou incivildades, observa-se um dado curioso: o maior percentual de atos de violência contra e dentro da escola dá-se no turno da noite e na região sudeste da cidade, onde a concentração de pessoas é mais numerosa e onde há muitas pessoas desempregadas. Além disso, a “ociosidade” se torna mais concentrada em virtude do ambiente “estimulante”: bares, drogas, presença de gangues e turmas nas ruas, carros de som com volume muito alto, algumas vezes incontrolável, sendo necessária a presença de uma autoridade disciplinar – o policiamento do pelotão escolar – para resolução imediata de problemas. Neste pelotão, trabalham policiais que participam de treinamentos e cursos de relações humanas, preparados para trabalhar, pedagogicamente, junto aos alunos e às alunas das escolas públicas, como também lideranças das comunidades onde estão localizadas as escolas pesquisadas.

Conforme depoimento de integrantes do próprio Pelotão Escolar presentes no Seminário “Ações Pedagógicas e Movimentos pela Paz x Violência na Escola”, a atuação dos policiais deve ser educativa, preventiva e subsidiária, respeitando os direitos humanos e a dignidade humana, oferecendo palestras (informações) sobre segurança pessoal no trânsito, sobre os perigos do uso de drogas e suas conseqüências. “A violência, em Teresina, está camuflada, basta que seja tirado o tampão para estourar como no Rio e em São Paulo”, disse um representante do Pelotão Escolar da Secretaria Estadual de Educação, durante o seminário já citado. Confirmam esta idéia, outros relatos obtidos naquele Seminário.

Alguns participantes enfatizaram que a perpetuação do sistema pedagógico tradicional, apesar das mudanças de composição sócio-econômica dos educandos, leva à indisciplina coletiva e desorganizadora, de modo que muitos alunos e muitas alunas consideram as(os) professoras(es) a causa do fracasso escolar. Assim, sabotam e destróem a escola rebelando-se continuamente.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel e outros. *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez: Ação educativa, 2000.

ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças et al. *Violências nas Escolas*. Brasília – DF: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, unids, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOWICK, Anete e MOLL, Jaqueline (Orgs.) *Para Além do Fracasso Escolar*. Campinas – SP: Papyrus, 1977.

ABRAMOWICK, Anete. *A Menina Repetente*. Campinas – SP: Papyrus, 1995.

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. São Paulo: ANPED: Ação Educativa. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, nº 6, 1997.

ADORNO, Sérgio. “A socialização incompleta: jovens delinqüentes expulsos da escola”. In: *Sociedade Civil e Educação*. Campinas – SP: Papyrus: Cedes; São Paulo: Anped: Ande, 1992.

APPLE, Michael e BEANE, James. *Escolas Democráticas*. São Paulo: Cortez, 1997.

BARRETO, Vicente. “Exclusão e Violência: reflexões preliminares”. In: *Sociedade Civil e Educação*. Campinas – SP: Papyrus: Cedes; São Paulo: Anped: Ande, 1992.

BUARQUE, Cristovam. *A Segunda Abolição*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUZZI, Carlo. “Transgressão, desvio e drogas”. São Paulo: ANPED: Ação Educativa. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, nº 6, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. Petrópolis: VOZES, 2001.

DAMASCENO e outros. *Trajetórias da Juventude*. Fortaleza – CE: LCR, 2000.

DEBARBIEUX, Eric e BLAYA, Catherine (Orgs.). *Violências nas Escolas: dez abordagens européias*. Brasília – DF: UNESCO, 2002.

DELORS, Jacques (Org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: MEC, 1998.

DUBET, François. *La Galère: jeunes en surve*. Paris: Fayard, 1987.

DUBET, François. *Sociologie de L'Expérience*. Paris: Seuil, 1994.

DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo. *A L'École: Sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.

ESTEVEVES, José Manuel. *O Mal-Estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Trad. Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru – SP: EDUSC, 1999.

FUKUI, Lia. *A Produção da Exclusão Social: violência e educação*. In: *Sociedade Civil e Educação*. Campinas – SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Anped: Ande, 1992. In: *Sociedade Civil e Educação*. Campinas – SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Anped: Ande, 1992.

BRASIL / MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MELUCCI, Alberto. “Juventude, tempo e movimentos sociais”. São Paulo: ANPED: Ação Educativa. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, nº 6, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io*. Il cambiamento di sé in una società globale. Milano – Itália: Feltrinelli, 1996.

MORI, Cristina. *Mídia contribui para distorcer violência na escola*. Folha ONLINE, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. “Estudos sobre a juventude em educação”. São Paulo: ANPED: Ação Educativa. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, nº 6, 1997.

PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural”. São Paulo: ANPED: Ação Educativa. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, nº 6, 1997.

PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBAS, Mariná H. *Construindo a Competência*. São Paulo: Olho d'água, 2000.

VAIDERGORN, José (Org.) *O Direito de ter de Direitos*. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

[1] Integrantes do Grupo de Pesquisadoras(es): Prof^a Dr^a Maria do Carmo Alves do Bomfim (coordenadora), Prof. Ms. Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves, Prof^a Vilma de Dias de Araújo (mestranda), Prof. Ms. Antonio Glauber Alves da Silva, Prof^a Ms. Liliene Xavier Luz. Auxiliares de Pesquisa: Francisca das Chagas C. Cassimiro da Silva, Marina Márcia Pinheiro da Silva e Valdeana Oliveira dos Reis.